

Análise do perfil das exportações de serviços brasileiros a partir da “Rodada Uruguai” do GATT

Ana Virgínia Figueiredo Rocha*, Elissandra Alves de Britto**,
Godofredo Massarra***

Resumo

Nas duas últimas décadas do século XX, os serviços apresentavam vigoroso desempenho no comércio internacional. Apesar da controvérsia existente em torno da relevância dos serviços para o desenvolvimento econômico, o fluxo internacional de serviços torna-se relativamente mais dinâmico do que o de mercadorias. Esse artigo analisa as rubricas do balanço de pagamentos, buscando identificar o perfil das exportações de serviços de um país em desenvolvimento, a partir da comparação entre os padrões de comércio de serviços observáveis para os EUA e para o Brasil, a fim de que se possa inferir sobre como a liberalização do comércio internacional de serviços pode ser vantajosa para o Brasil, que tem um histórico deficitário na Balança de Serviços. Pretende também refletir sobre a necessidade de se criar políticas eficazes no planejamento de estratégias viabilizadoras para regulação das importações e para o aumento das exportações de serviços.

Palavras-chave: comércio internacional de serviços, exportação de serviços, balança de serviços, políticas públicas.

Abstract

In the two last decades of century XX, the services presented vigorous performance in the international trade. Despite the existing controversy around the relevance of the services for the economic development, the international flow of services becomes relatively more dynamic of the one than of merchandises. This paper analyzes the balance of payments, searching to identify the profile of the exportations of services of a developing country, from the comparison of the standards of commerce of services between U.S.A. and Brazil. Through this analysis is verified as the liberalization of the international trade of services can be advantageous for Brazil. The paper also intends to reflect on the necessity of if creating efficient politics in the planning of strategies for regulation of the importations and the increase of the exportations of services

Key words: international trade of services, exportation of services, balance of services, public politics.

INTRODUÇÃO

O setor de serviços na economia mundial representa aproximadamente 80% do PIB nos países

desenvolvidos e mais de 60% do PIB brasileiro. Em 2000, o comércio internacional de serviços alcançou a cifra de US\$ 1,4 trilhões, representando cerca de 23% do comércio mundial, o qual atingiu o montante de US\$ 6,2 trilhões (WTO, *Annual Report* 2001). Apesar de 75% do comércio mundial de serviços concentrar-se em nações desenvolvidas, sua importância para as economias em desenvolvimento vem se mostrando cada vez maior.

“O Brasil, segundo relatório da Organização Mundial do Comércio (OMC) [WTO (1996)], de mar-

* Analista de Finanças e Controle da Controladoria Geral da União na Bahia, mestranda em Economia do CME – UFBA.
anavrocha@atarde.com.br

** Mestranda em Economia do CME - UFBA e técnica da SEI.
elissandra@sei.ba.gov.br

*** Gerente de relações institucionais do Banco Central, professor da UCSAL e FACEBA, mestrando em Economia do CME-UFBA.
godofredo.massarra@bcb.gov.br

ço de 1996, ocupa o 26º lugar no ranking dos 30 maiores importadores mundiais de serviços" (HORTA; SOUZA; WADDINGTON, 1998, p.2). Em 1999, as exportações brasileiras em serviços atingiram a marca de US\$ 7 bilhões, classificando o Brasil como o 33º exportador mundial (CORONATO, 2002, p.41). Por outro lado, os Estados Unidos, líder nas exportações mundiais de serviços, atingiram, em 1994, uma cifra de US\$ 187 bilhões e, em 2000, passaram a exportar cerca de US\$ 277 bilhões em serviços, ou seja, um crescimento de 48% em apenas seis anos (U.S. COMMERCE DEPARTMENT, INTERNATIONAL TRADE ADMINISTRATION, Office of Service Industries, July 2002).

Serviços têm despertado o interesse do Governo Brasileiro, haja vista a sua importante participação na economia nacional. Em 1999, este setor absorveu cerca de 57% dos empregos gerados na economia, contabilizando em termos de pessoal ocupado aproximadamente 5,5 milhões. Em 2000, esse número apresentou um crescimento de 9,7%, em relação a 1999, algo como 532 mil novos postos de trabalho (IBGE, 2002 *apud* BRASIL. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR, 2002a, p.4).

Um exame na situação das transações correntes do Brasil com o exterior mostra a existência de um problema de difícil resolução. Se por um lado a Balança Comercial tem indicado nos últimos dois anos uma reversão de sua situação deficitária, que perdurava desde meados de 1994, apresentando um crescimento de 396% de 2001 para 2002, na Balança de Serviços o mesmo não vem ocorrendo, mantendo-se um saldo negativo superior a US\$ 5 bilhões, com 9 dos 10 principais subtítulos do demonstrativo deficitários (dados até 2002, vide Tabela 1).

Com o objetivo de entender as dificuldades enfrentadas pelo país para reverter esse quadro insatisfatório, procurar-se-á inicialmente examinar as mais importantes rubricas da Balança de Serviços e identificar as oportunidades de alteração de tendências.

Em seguida, serão examinadas as consequências práticas decorrentes da Rodada Uruguai do GATT – Acordo Geral de Tarifas e de Comércio, concluída em 1993, ou seja, com posteridade sufi-

ciente para ter exercido influência sobre a performance brasileira em particular, vez que no conclave se dedicou especial atenção sobre a liberalização do setor de serviços. Nesse particular, e considerando sua especificidade sobre o comércio de bens, o tema serviços foi negociado fora do GATT, sendo criado especificamente para a área o GATS – *General Agreement on Trade in Services*. Através desta análise sobre o perfil das exportações de serviços brasileiros pretende-se identificar as principais mudanças verificadas na política de comércio exterior do país, assim como superar as barreiras encontradas para que os serviços assumam, no Brasil, a mesma importância no processo de ordenação da economia com que contam nas nações industrializadas.

Além do GATS, o Brasil é signatário do Protocolo de Montevideu, que regula o comércio de serviços no Mercosul. Também negocia futuros capítulos sobre o comércio de serviços no contexto da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) e de um acordo de livre comércio com a União Européia.

A análise das perspectivas futuras do Brasil no que tange às exportações de serviços será feita com base nas propostas do Programa Especial de Exportação de Serviços – PEE – desenvolvido pelo Governo Federal do Brasil. As medidas envolvem, dentre outras, a criação de metodologia para contabilizar de forma mais detalhada as dividas com serviços e a criação de gerências dentro da administração pública federal para identificar o que pode ser feito para simplificar a exportação de serviços.

A criação deste Programa indica uma mudança importante na mentalidade do país em termos de negócios externos, uma vez que o Brasil tem demonstrado interesse especial em aumentar sua participação no comércio de bens, sendo que a mesma importância não vinha sendo dada para o comércio de serviços, apesar do seu progressivo crescimento.

Nesse sentido, apesar da escassez de literatura existente sobre o assunto, propõe-se desenvolver um trabalho analítico-descritivo no sentido de enriquecer a discussão sobre a relevância do comércio exterior de serviços para a economia brasileira.

Tabela 1
Evolução da balança de serviços brasileira

Data	Serviços		Transportes - total		Viagens internacionais		Seguros		Serv. Governamentais		Serv. Financeiros		Comput. Informação		
	(receita)	(despesa)	(receita)	(despesa)	(receita)	(despesa)	(receita)	(despesa)	(receita)	(despesa)	(receita)	(despesa)	(receita)	(despesa)	
1980	-3.039,10	1.665,10	-4.704,20	813,60	-2.749,60	126,00	-367,20	137,60	-52,10	59,10	-171,20	55,00	-261,10	13,60	-27,20
1985	-1.594,00	2.033,50	-3.627,50	1.465,80	-1.774,20	65,70	-441,30	46,20	-125,70	68,90	-257,20	40,50	-42,50	1,10	-26,40
1990	-3.596,40	3.752,10	-7.348,50	1.347,60	-2.991,30	1.492,30	-1.561,80	115,50	-183,90	38,30	-366,20	182,90	-790,70	1,50	-52,10
1991	-3.799,90	3.296,10	-7.096,00	1.457,50	-3.113,10	1.079,20	-1.316,70	59,70	-192,30	31,90	-401,90	121,30	-306,00	2,50	-49,00
1992	-3.183,84	4.080,14	-7.263,98	1.923,80	-3.282,60	1.065,60	-1.402,50	115,30	-172,80	58,80	-224,80	109,60	-100,00	1,80	-120,50
1993	-5.245,57	3.954,39	-9.199,95	1.636,70	-3.727,20	1.096,60	-1.892,00	161,00	-206,30	54,20	-399,10	123,80	-134,90	2,80	-115,50
1994	-5.657,28	4.391,83	-10.049,11	1.701,60	-4.142,50	1.050,90	-2.232,00	142,20	-274,30	91,30	-418,00	258,10	-211,60	3,80	-153,20
1995	-7.482,89	4.928,78	-12.411,68	1.716,00	-4.726,90	971,60	-3.391,30	186,40	-308,00	130,40	-469,30	260,90	-413,20	43,50	-292,00
1996	-8.681,05	5.037,74	-13.718,79	1.431,00	-4.148,10	839,80	-4.438,30	237,40	-307,10	202,90	-506,10	568,70	-783,70	5,50	-598,20
1997	-10.645,68	6.875,90	-17.521,59	1.750,60	-4.912,20	1.069,00	-5.445,80	411,70	-337,80	500,90	-851,00	317,80	-1.202,50	8,90	-598,20
1998	-10.110,67	7.897,31	-18.007,98	1.456,00	-4.717,40	1.585,70	-5.731,70	390,40	-309,00	547,70	-933,10	332,70	-859,30	11,60	-801,10
1999	-6.976,87	7.194,30	-14.171,17	1.141,00	-4.212,20	1.628,20	-3.085,30	165,10	-293,00	318,00	-815,60	304,60	-574,00	15,30	-1.025,50
2000	-7.162,09	9.498,18	-16.660,27	1.409,30	-4.304,90	1.809,90	-3.884,10	312,20	-316,50	537,40	-1.086,90	375,90	-669,70	34,00	-1.145,40
2001	-7.759,17	9.322,03	-17.081,19	1.421,70	-4.388,09	1.730,60	-3.198,60	179,60	-454,80	604,00	-1.256,00	317,00	-624,40	27,00	-1.133,40
2002	-5.038,25	9.605,67	-14.643,92	1.590,06	-3.629,67	1.987,97	-2.395,80	205,63	-625,72	761,40	-1.013,10	390,20	-622,60	36,42	-1.154,52

Tabela 1
Evolução da balança de serviços brasileira (continuação)

Data	Royalties e licenças		Aluguel de equipamentos		Serv. Comunicações		Construção		Serv. Relat. comércio		Serv. Empresariais*		Serv. Pessoais**	
	(receita)	(despesa)	(receita)	(despesa)	(receita)	(despesa)	(receita)	(despesa)	(receita)	(despesa)	(receita)	(despesa)	(receita)	(despesa)
1980	12,70	-48,00	0,70	-292,30	9,70	-14,60			145,00	-123,70	290,20	-575,40	1,90	-21,80
1985	7,90	-77,00	3,40	-431,00	31,10	-9,20			76,50	-210,80	224,90	-218,20	1,50	-14,00
1990	17,50	-92,50	2,80	-516,00	102,20	-31,80			158,30	-235,80	290,90	-413,40	2,30	-93,00
1991	13,00	-62,70	1,30	-710,30	32,80	-44,10			173,70	-321,60	321,50	-456,20	1,70	-122,10
1992	12,60	-65,10	0,90	-876,30	35,00	-31,20	0,84	-0,48	205,10	-367,10	548,00	-489,10	2,80	-131,50
1993	34,40	-119,90	1,60	-1.066,70	39,60	-13,20	8,69	-1,25	205,70	-373,70	584,90	-949,90	4,40	-200,30
1994	19,00	-238,60	15,40	-954,90	39,10	-14,30	38,53	-6,11	234,00	-432,90	789,40	-784,50	8,50	-204,10
1995	32,10	-529,50	34,50	-803,50	37,30	-47,30	9,18	-3,68	321,30	-411,40	1.156,20	-766,60	29,40	-231,10
1996	86,60	-840,10	4,80	-660,50	24,30	-68,30	7,04	-6,49	360,70	-396,30	1.234,30	-886,50	34,70	-300,20
1997	102,00	-949,60	20,70	-1.068,80	44,90	-35,50	16,10	-5,99	324,50	-484,60	2.285,80	-1.400,20	23,00	-229,40
1998	149,60	-1.478,60	13,90	-648,20	159,40	-78,60	59,11	-7,48	407,80	-439,10	2.747,80	-1.676,50	35,60	-327,90
1999	132,80	-1.282,50	6,40	-605,50	30,30	-15,90	16,40	-0,27	626,30	-374,90	2.770,60	-1.512,00	39,30	-374,50
2000	125,20	-1.414,60	90,50	-1.401,30	35,70	-32,00	227,58	-0,17	589,30	-394,90	3.888,20	-1.637,10	63,00	-362,70
2001	112,10	-1.244,30	278,40	-2.145,80	241,80	-212,90	17,53	-0,40	413,50	-436,00	3.921,20	-1.621,50	57,60	-365,00
2002	100,26	-1.228,79	49,07	-1.721,41	135,21	-121,64	11,94	-0,22	421,22	-433,16	3.848,41	-1.388,45	57,90	-308,85

Fonte: BCB-DEPEC

(*) Inclui Serviços Profissionais e Técnicos.

(**) Inclui Serviços com Cultura e Recreação.

GATS – BREVE HISTÓRICO

A análise sobre a origem do Acordo Geral sobre o Comércio de Serviços (GATS) reporta para o contexto em que o comércio internacional era regido por regras multilaterais elaboradas pelo Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio – GATT. O sistema de regras desse acordo foi estabelecido através de oito rodadas de negociações multilaterais, em que as seis primeiras se restringiam à diminuição dos direitos aduaneiros, através de concessões tarifárias recíprocas. As duas últimas rodadas foram mais abrangentes no que diz respeito à incorporação de uma série de acordos para reduzir a incidência de barreiras não tarifárias e na participação de diversos países como forma de proteção nacional. Essas rodadas ficaram conhecidas, respectivamente, como Rodada Tóquio, realizadas entre os anos de 1973 e 1979, e Rodada Uruguai.

Essa última rodada, iniciada em 1986 em Punta del Este e finalizada em abril de 1994, em Marraqueche, foi a mais ampla e complexa das negociações sobre o comércio internacional. Setores antes excluídos, como agricultura e têxteis, foram integrados às regras do GATT. Essas regras passaram também a ser aplicadas a novos setores, como de Serviços e de Propriedade Intelectual.

Em 1995 é criada a Organização Mundial do Comércio (OMC), em substituição ao GATT. Dentro dessa nova organização, é implantado o GATS – *General Agreement on Trade in Services*, baseado nos mesmos princípios básicos do GATT: "cláusulas de Nação Mais Favorecida, de tratamento nacional, de transparência, acesso a mercados, além de regulamentos objetivos e razoáveis, não restrição a pagamentos internacionais, consolidação de compromissos de países individualmente e progressiva liberalização através de futuras negociações." (THORSTENSEN, 2001, p. 196)

No GATS, que passa a ser administrado pelo Conselho para o Comércio, a liberalização se dá de forma progressiva, ao contrário da negociação do setor de bens, firmando-se através da consolidação da abertura de cada segmento, como os serviços profissionais e de consultoria, serviços de comunicação, de construção e de engenharia, de distribuição, de educação, ambientais, financeiros e

seguros, bem como serviços de turismo e viagens, de recreação, de transporte, e outros serviços.

De acordo com Thorstensen (2001, p.197) o comércio de serviços pode ser definido em quatro modos diferentes de prestação:

- Do território de um membro para o território de qualquer outro membro (**Serviços Transfronteiriços**). Exemplos: serviços transmitidos por redes de telecomunicações e de transportes;
- Dentro do território de um membro para o consumidor de serviço de qualquer outro membro (**Serviços de Consumo Exterior**). Exemplos: turismo e educação;
- Pelo prestador de serviço de um membro, através de presença comercial no território de qualquer outro membro (**Serviços de Presença Comercial**). Exemplos: subsidiárias ou escritórios de bancos e agências de publicidade;
- Pelo prestador de serviço de um membro, através de presença de pessoa natural desse membro no território de qualquer outro membro (**Movimento de Pessoas Físicas**). Exemplos: consultores, músicos e jogadores.

Com relação às medidas estabelecidas, tem-se que os dispositivos do Acordo não proíbem qualquer membro de conferir e acordar vantagens a países adjacentes. Cada membro obriga-se a informar, pelo menos uma vez por ano, ao Conselho de Comércio de Serviços sobre a introdução de novas leis ou alterações de leis, regulamentos e determinações administrativas que afetem o comércio de serviços garantido pelo Acordo.

Quanto aos países em desenvolvimento, foi estabelecido que essa participação deve ser facilitada através de negociações de compromissos específicos relacionados, segundo Thorstensen (2001, p.199) com: "o fortalecimento de sua capacidade de prestar serviços, sua eficiência e competitividade e acesso à tecnologia de base comercial; seu acesso a canais de distribuição e redes de informação; e, a liberalização de acesso a mercado de setores e modos de prestação de exportação de seu interesse".

Esses e outros regulamentos, tais como aqueles relativos à integração econômica; regulamentos domésticos; monopólio e os prestadores exclusivos; pagamentos e transferências; compromissos

específicos e liberalização progressiva; refletem uma nova maneira de conceber o setor de serviços. Ressalte-se que a liberalização progressiva prescreve a necessidade, no âmbito do Acordo, de sucessivas rodadas de negociações, previstas para um prazo de cinco anos da entrada em vigor da OMC, e depois periodicamente, com finalidade de conseguir um nível cada vez mais alto de liberalização.

No Brasil, o GATS foi internalizado pelo Decreto nº 1.355. Até janeiro de 2002, 144 países já haviam ratificado o GATS, cuja criação não somente institucionaliza, regulamenta e credencia o comércio de serviços, mas também permite que este adquira uma nova aceleração, apresentando taxas de crescimento superiores às taxas de bens.

ANÁLISE DO PERFIL DA BALANÇA DE SERVIÇOS BRASILEIRA

O exame do comportamento da Balança de Serviços brasileira sinaliza para um elevado nível de importações de serviços, ao mesmo tempo em que nas nações industrializadas as exportações de serviços crescem assustadoramente.

Para efeito de análise, classifica-se o dado em dois agregados: os serviços de fatores, que se referem à remuneração de fatores de produção, também chamados de serviços diversos; e os serviços de não-fatores, que incluem transportes e viagens, conhecidos como serviços comerciais.

A observação feita no período que compreende as duas últimas décadas do século XX, para a Balança de Serviços, embora apresente um movimento irregular no que diz respeito à taxa de crescimento das Exportações e Importações de Serviços, nos permite inferir que há uma tendência no país de crescimento das exportações de serviços comerciais.

Os dados apresentados na Tabela 1 contemplam as receitas (exportações) e as despesas (importações) apresentadas na Balança Brasileira de Servi-

ços no período de 1980 a 2002. Serão analisadas separadamente as exportações e as importações, concluindo-se com uma análise do resultado líquido da Balança de Serviços para o período.

Quanto às exportações podemos inferir as seguintes observações:

a) As exportações em serviços cresceram em termos absolutos cerca de 477%, passando de US\$ 1,7 bilhão para US\$ 9,6 bilhões;¹

b) Os segmentos mais dinâmicos no período foram: Aluguel de equipamentos, Serviços Pessoais, Serviços de Comunicações, Viagens, Serviços Empresariais, Serviços Governamentais e Royalties/Licenças;

c) A distribuição dentro da pauta dos serviços exportados é bastante concentrada, uma vez que apenas três segmentos (Serviços Empresariais/Técnicos, Viagens e Transportes) representaram 78% do total exportado em 2002;

d) Os Serviços Empresariais, Profissionais e Técnicos tiveram uma participação de 17% em 1980 e de 40% em 2002, passando de US\$ 290 milhões para US\$ 3,8 bilhões, ou seja, um significativo crescimento da ordem de 1.226%;

e) As Viagens Internacionais tiveram um peso de 8% em 1980 e de 21% em 2002, passando de US\$ 126 milhões para US\$ 2 bilhões, apresentando um crescimento de 1.486%. Entretanto este desempenho não foi regular. Observa-se que este item sofreu pequenas variações durante toda a década de 1980, apresentando sensível crescimento apenas no final desta década. Pela Tabela 1 observa-se que em 1985 esta rubrica correspondeu a US\$ 65,7 milhões e em 1990 atingiu US\$ 1,5 bilhão, ou seja um crescimento de 2.171%, chegando a representar 40% de todas as exportações brasileiras de serviços no ano de 1990. A partir deste ano, o peso da sua participação nas exportações brasileiras vem sofrendo seguidas reduções, chegando a 21% em 2002;

¹ Toda a análise de crescimento (exportações, importações e déficit) adotada 1980 como ano base.

- f) Os serviços Transportes reduziram sua participação passando de 49% para 17%;
- g) O segmento que apresentou maior crescimento na pauta das exportações de serviços foi o Aluguel de Equipamentos que passou de menos de US\$ 1 milhão em 1980 para US\$ 278 milhões em 2001, seguido por uma significativa redução (81%) em 2002, caindo para US\$ 49 milhões.

Conforme Tabela 2, o Turismo predomina dentro de todo o item de Viagens, tendo representado 96% do total em 1980. A partir de 1992 na contabilização das exportações com Viagens desagregou-se o quanto delas utilizam-se de cartões de créditos. Em 2002, esta rubrica correspondeu a 50% das exportações com Viagens, enquanto Turismo caiu para 47%. Como parte da rubrica de Cartões de Crédito também se refere a Turismo, este item continua sendo o grande exportador de Serviços de Viagens Internacionais. Observa-se um crescimento com Viagens de Negócios, de US\$ 2,3 milhões para US\$ 21,1 milhões, e com Viagens - Saúde, de menos de US\$ 1 milhão para US\$ 11 milhões. Entretanto, ambos os segmentos têm ainda pesos pouco significantes dentro do item de Viagens Internacionais.

Desagregando mais um pouco o segmento de Serviços Empresariais, Profissionais e Técnicos (vide Tabela 3), observa-se que os serviços mais representativos são as consultorias em arquitetura e engenharia (50%) e os serviços em instalação e manutenção de escritórios (43%). Representando respectivamente 20% e 17% de todas as exportações em serviços em 2002.

As importações com serviços para o mesmo período (1980 a 2002) apresentaram as seguintes características:

- a) As importações em serviços cresceram em termos absolutos cerca de 211%, passando de US\$ 4,7 bilhões para US\$ 14,6 bilhões, sendo que em 1998 chegaram a alcançar US\$ 18 bilhões;
- b) Os segmentos que apresentaram maior crescimento nas importações de serviços no período foram: Computação/Informação, Royalties/Licenças, Serviços Pessoais, Serviços de Comunicações, Seguros e Viagens, com destaque para o segmento Computação e Informação que pas-

sou de US\$ 27 milhões em 1980 para US\$ 1,2 bilhão em 2002;

- c) A distribuição dentro da pauta dos serviços importados vem progressivamente tornando-se mais equilibrada. Excluindo o setor de Construção, cujo valor é ainda pouco significativo, em 2002 a distribuição do peso variou de 1% (Serviços com Comunicações) a 25% (Transportes);
- d) Exceto os Transportes, que caíram de 58% para 25%, de um modo geral todos os demais itens cresceram dentro da pauta das importações. Merecem destaque as Viagens, que cresceram de 8% para 16%, passando de US\$ 367 milhões para US\$ 2,4 bilhões; Aluguel de Equipamentos que cresceram de 6% para 12%, passando de US\$ 292 milhões para US\$ 1,7 bilhão; e o item de serviços com Royalties e Licenças que cresceram de 1% para 8%, passando de US\$ 48 milhões para US\$ 1,2 bilhão;
- e) As importações com serviços Empresariais e Técnicos, apesar de terem apresentado um crescimento em termos absolutos passando de US\$ 575 milhões para US\$ 1,4 bilhão, teve seu peso reduzido dentro da pauta de importações de 12% para 9%.

Observando a Tabela 2, verifica-se que dentro do item Viagens Internacionais existe uma grande concentração das importações com Turismo. Em 1980 correspondia a 85%, e em 2002, juntamente com a rubrica de cartões de crédito (54%), alcança a marca de 89% do total despendido em Viagens Internacionais. Outro destaque foram as importações em Viagens de Negócios, passando de US\$ 16 milhões (1980) para US\$ 160 milhões (2002).

Dentro da rubrica de serviços Empresariais, Profissionais e Técnicos (vide Tabela 3), as importações brasileiras concentram-se em Consultorias (Arquitetura e Engenharia) e Instalação e Manutenção de Escritórios, representando em 2002, 91% do total. Merece destaque o crescimento significativo que vem ocorrendo com as importações de Encomendas Postais, passando de US\$ 100 mil (1992) para US\$ 30,8 milhões (2002), e com Publicidade que passou de US\$ 7,3 milhões para US\$ 43,4 milhões, para o mesmo período, depois de ter atingido os US\$ 110 milhões em 2000.

Tabela 2
Viagens Internacionais - exportações e importações

Data	Total		Educativos*		Funcionários Governo		Negócios		Saúde		Turismo		Cartões de Crédito	
	(receita)	(despesa)	(receita)	(despesa)	(receita)	(despesa)	(receita)	(despesa)	(receita)	(despesa)	(receita)	(despesa)	(receita)	(despesa)
1980	125,90	-367,40	1,30	-25,60	1,00	-6,90	2,30	-15,90	0,90	-5,30	120,40	-313,70	0,00	0,00
1985	65,80	-441,30	1,60	-16,90	0,90	-10,70	14,20	-68,90	1,20	-6,70	47,90	-338,10	0,00	0,00
1990	1.492,30	-1.581,80	3,10	-57,50	0,90	-7,20	28,50	-91,20	3,50	-20,70	1.456,30	-1.405,20	0,00	0,00
1991	1.079,20	-1.316,80	3,70	-47,30	0,30	-8,00	22,20	-151,30	1,30	-9,60	1.051,70	-1.100,60	0,00	0,00
1992	1.085,60	-1.402,40	2,10	-49,10	0,40	-11,20	19,60	-112,60	0,80	-4,70	1.022,70	-1.000,10	20,00	-224,70
1993	1.096,60	-1.892,10	3,00	-27,90	0,60	-12,40	20,40	-119,60	0,50	-3,40	1.027,90	-1.190,00	44,20	-538,80
1994	1.050,90	-2.232,00	2,00	-13,60	1,50	-16,80	15,70	-140,90	1,20	-3,00	951,00	-949,80	79,50	-1.107,90
1995	971,70	-3.391,40	2,20	-16,10	0,60	-9,80	19,20	-145,30	1,70	-3,00	854,40	-933,20	93,60	-2.284,00
1996	839,90	-4.438,30	3,80	-15,70	1,40	-10,80	18,60	-154,80	3,80	-4,80	678,60	-1.290,90	133,70	-2.961,30
1997	1.068,90	-5.445,70	3,40	-21,70	1,30	-12,80	21,20	-176,20	5,30	-6,00	629,60	-1.772,60	408,10	-3.456,40
1998	1.585,60	-5.731,70	3,00	-28,90	1,20	-12,60	23,70	-189,00	6,90	-10,10	719,30	-2.017,80	831,50	-3.473,30
1999	1.628,30	-3.085,20	2,10	-36,80	0,50	-7,10	26,40	-156,80	5,70	-7,80	716,00	-986,00	877,60	-1.890,70
2000	1.809,80	-3.894,10	3,90	-77,00	0,50	-9,40	29,90	-197,00	4,90	-8,10	618,10	-1.667,50	1.152,50	-1.935,10
2001	1.730,60	-3.198,60	3,10	-71,50	1,70	-12,90	23,30	-181,40	6,90	-6,00	631,30	-1.275,70	1.064,30	-1.651,10
2002	1.997,97	-2.395,80	7,05	-62,68	24,13	-34,95	21,10	-160,54	11,01	-8,28	936,78	-828,50	997,90	-1.300,85

Fonte: BCB-DEPEC

(*) Inclui culturais ou esportivos

Tabela 3
Serviços empresariais, profissionais e técnicos - exportações e importações

Data	Total		Encomendas Postais		Honorário Prof. Liberal		Instal. e Manutenção (a)		Participação em Feiras e Exposições		Passe de Aleta Profissional		Publicidade	
	(receita)	(despesa)	(receita)	(despesa)	(receita)	(despesa)	(receita)	(despesa)	(receita)	(despesa)	(receita)	(despesa)	(receita)	(despesa)
1992	548,00	-489,00	0,00	-0,10	3,30	-4,50	321,10	-356,40	1,30	-4,30	8,90	0,00	5,70	-7,30
1993	584,90	-949,90	0,10	-0,20	3,90	-3,50	448,00	-790,80	0,70	-6,30	9,30	-2,20	6,20	-16,90
1994	789,50	-766,70	0,10	-1,40	9,70	-4,30	580,80	-555,70	1,80	-4,70	14,20	-0,90	11,30	-13,00
1995	1.156,30	-784,40	0,10	-6,40	16,20	-5,30	819,90	-442,20	9,00	-15,40	14,50	-0,80	16,50	-27,90
1996	1.234,40	-886,50	0,10	-4,70	27,60	-13,30	642,20	-455,90	9,50	-9,20	38,20	-0,60	54,90	-32,70
1997	2.285,80	-1.400,20	0,00	-4,10	41,20	-18,70	1.173,30	-532,30	9,10	-7,20	109,90	-22,60	186,30	-51,70
1998	2.747,80	-1.676,50	0,50	-5,00	49,20	-12,30	1.391,80	-534,60	15,30	-10,80	82,20	-28,10	115,80	-66,40
1999	2.770,60	-1.512,20	0,20	-8,20	46,60	-13,90	1.367,90	-458,60	14,70	-10,50	93,60	-32,90	125,50	-55,80
2000	3.888,10	-1.637,10	0,60	-26,00	57,70	-14,10	1.569,10	-395,50	12,50	-22,00	129,90	-23,20	161,70	-110,40
2001	3.921,30	-1.621,40	0,80	-30,80	51,60	-19,70	1.727,80	-379,50	11,30	-19,60	127,00	-6,20	149,10	-79,70
2002	3.848,41	-1.388,45	1,20	-30,84	56,90	-14,69	1.668,65	-265,21	9,24	-23,42	66,99	-5,39	112,37	-43,41

Tabela 3
Serviços empresariais, profissionais e técnicos – exportações e importações (continuação)

Data	Arquitetura, Engenharia e Outros		Projeto Técnico-econômico		Aquis. Medicam.
	(receita)	(despesa)	(receita)	(despesa)	(despesa)
1992	207,70	-115,80	0,00	0,00	-0,60
1993	116,70	-129,50	0,00	0,00	-0,50
1994	171,60	-186,70	0,00	0,00	0,00
1995	279,60	-286,00	0,50	0,00	-0,40
1996	458,50	-369,60	3,40	0,00	-0,50
1997	765,30	-761,70	0,70	-0,10	-1,80
1998	1.092,60	-1.018,40	0,40	-0,60	-0,30
1999	1.120,90	-931,80	1,20	-0,30	-0,20
2000	1.956,60	-1.045,70	0,00	-0,10	-0,10
2001	1.853,70	-1.085,60	0,00	-0,10	-0,20
2002	1.931,84	-1.005,20	1,22	-0,09	-0,20

Fonte: BCB-DEPEC

Analisando o resultado da balança de serviços no período de 1980 a 2002, verifica-se um resultado sempre deficitário, sendo que no biênio 1997-98 o déficit ultrapassa a marca de US\$ 10 bilhões. Em 1999, o déficit voltou ao patamar de US\$ 7 bilhões, caindo para US\$ 5 bilhões em 2002.

De tudo observado merecem destaque os pontos a seguir apresentados:

- Apenas os segmentos de Serviços de Comunicações e os de Empresários, Profissionais e Técnicos vêm apresentando resultados superavitários nos últimos anos, basicamente a partir de 1992. O primeiro apresentou desempenhos irregulares durante todo o período, alternando anos de déficits e anos de superávits, mas nos últimos seis anos vem apresentando pequenos superávits, na faixa de US\$ 4 milhões (2000) a US\$ 81 milhões (1998). O segundo apresentou pequenos superávits na década de 1980 e a partir de 1994 vem apresentando superávits constantes a uma elevada taxa de crescimento, passando de US\$ 23 milhões (1994) para US\$ 2,5 bilhões (2002);
- Os segmentos que apresentam maior crescimento do déficit no período de 1980 a 2002 são os de Computação/Informação (de US\$ 14 milhões para US\$ 1,1 bilhão); Royalties/Licenças (de US\$ 35 milhões para US\$ 1,1 bilhão); e Serviços Pessoais, (de US\$ 20 milhões para US\$ 251 milhões);
- Os segmentos que mais contribuem para o déficit na Balança de Serviços são Transporte, Via-

gens, Aluguel de Equipamentos, Royalties e Computação/Informação. Destes, o item Transportes vem diminuindo sua participação, passando de 44% na década de 1980, para 35% na década de 1990 e para 29% no triênio 2000-2002. Entretanto, o déficit com Royalties e com serviços de Computação/Informação apresentaram crescimento significativo de sua participação, passando, respectivamente, de 2% para 13% e de 1% para 12%;

- Merece destaque o que ocorreu em 2002: observa-se que houve um decréscimo de 35% no déficit da Balança de Serviços, passando de US\$ 7,7 bilhões, em 2001, para US\$ 5 bilhões em 2002. Esta redução deveu-se mais ao decréscimo nas importações, que caíram 14%, que pelo crescimento das exportações, de apenas 3%. Ponderando o peso dos itens mais relevantes da pauta de importações, observa-se que os segmentos de Transporte e Viagens tiveram decréscimos de 17% e 25%, respectivamente. Dentro do segmento de Viagens, observa-se que Turismo caiu 35% e Cartões de Créditos 21%. Acredita-se que isto se deva a dois aspectos: a desvalorização do real frente ao dólar durante o ano de 2002, bem como reflexos do evento de 11 de setembro de 2001 no World Trade Center em Nova York nos Estados Unidos, uma vez que o temor de novas ações terroristas provocou redução no turismo em todo o mundo.

POLÍTICAS PÚBLICAS BRASILEIRAS PARA PROMOVER O SUPERÁVIT NA BALANÇA DE SERVIÇOS

A fim de incrementar as exportações brasileiras de serviços, a Câmara de Comércio Exterior – CAMEX, em parceria com o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio – MDIC, lançou em junho de 2002 o Programa Especial de Exportações do setor (PEE-Serviços), no qual governo e iniciativa privada trabalham em parceria para o estabelecimento de uma política de exportação para o setor. Importante ferramenta de incentivo às exportações, esse programa inova ao catalisar iniciativas de coordenação intergovernamental, estimular o aperfeiçoamento e a criação de instrumentos de apoio à exportação, bem como agilizar a solução dos problemas que afetam a atividade exportadora.

Com o objetivo de expandir as exportações brasileiras, apoiando a ação governamental de geração de empregos e rendas, e de ajuste das contas externas, o PEE-Serviços contará, em princípio, com 19 gerências setoriais, formadas por presidentes de associações de classe, e 14 gerências temáticas, com gerência e coordenação do Executivo. As gerências setoriais foram definidas para os setores abaixo relacionados, em função de sua representatividade no setor de serviços, ou como exportador ou pelo potencial a ser desenvolvido: Serviços Profissionais – Advocacia; Publicidade e Propaganda; Computação e Informática – Software; Pesquisa e Desenvolvimento – Agropecuária; Comunicações – Serão cinco gerências setoriais: Correios e Entregas Postais, Telecomunicações, Cinema e Documentários, Televisão e Música; Construção Civil. Serão três gerências setoriais: Projetos, Construção e Montagem; Projetos – Bens e Serviços; Distribuição – Franchising; Serviços Financeiros; Viagens e Turismo; Transporte. Serão três gerências setoriais: Marítimo, Aéreo e Rodoviário.

As gerências temáticas foram estabelecidas com base em alguns dos principais problemas identificados e de acordo com as competências para resolvê-los. Os temas abordados serão: Acesso a Mercados, Instrumentos de Crédito e Garantia às Exportações de Serviços, Financiamento ao Investimento e às Exportações de Médio e Longo Pra-

zos, Gestão Pública, Normas Cambiais, Normas Tributárias, Promoção Comercial, Apoio Tecnológico à Exportação de Serviços, Questões Trabalhistas, Questões Educacionais, Procedimentos Operacionais, Cultura Exportadora e Facilitação do Comércio Eletrônico, Inteligência Comercial e Propriedade Intelectual. Estas gerências temáticas estarão encarregadas de propor medidas tais como:

- Estímulo à participação nas negociações de acesso a mercados em serviços;
- Levantamento e divulgação das possibilidades em termos de linhas de financiamento nos Órgãos de Créditos (BNDES, BB, FINEP, etc.);
- Divulgação das informações relativas a regulamentações e demais restrições existentes em serviços nos países participantes das negociações em serviços – GATS;
- Estruturação de estatísticas adequadas de comércio de serviços;
- Ajustes tributários e de instrumentos de financiamento a fim de aumentar a competitividade dos serviços brasileiros; e
- Questões vinculadas a vistos para trabalho temporário no exterior, bem como ao reconhecimento mútuo de diplomas.

Essas medidas sinalizam que o Brasil despertou para a necessidade de incrementar a oferta de serviços. Atualmente, este setor já representa mais de 50% da economia brasileira, mas ainda apresenta, ao contrário das nações desenvolvidas, baixíssima inserção internacional (RITTNER, 2002).

A fim de repassar para o âmbito estadual a valorização da exportação de serviços, promove-se a estadualização do Programa Especial de Exportações (PEE). Por meio do aprofundamento da parceria Governo/Estados busca-se ampliar a mobilização para a integração de novos subsectores empresariais de importância econômica local. Esta iniciativa favorece a Estados como a Bahia, que possui grande potencial exportador na área de turismo, na medida em que influencia a desconcentração regional das vendas externas.

A participação dos países desenvolvidos é mais intensa por disporem de maiores vantagens como ofertantes de serviços, uma vez que contemplam serviços mais especializados, os que justamente

agregam maior valor e conseqüentemente maiores rendas. Esta assimetria de condições reflete-se em barreiras ao comércio de serviços, lembrando que as barreiras ao comércio de serviços diferem das que ocorrem no comércio de bens. Enquanto no caso de bens as barreiras mais comuns observam-se pela aplicação de tarifas, quotas e medidas fitossanitárias, as existentes no comércio de serviços ocorrem basicamente pelo estabelecimento de limitações de acesso a mercado e tratamento nacional, através da legislação nacional e de restrições constitucionais e legais.

No âmbito do GATS, os países apresentam uma lista dos serviços que desejam liberar. As ofertas são sempre inscritas em colunas: uma para a descrição do serviço; outra para a descrição das limitações de acesso a mercados (AM); a terceira para a descrição das limitações ao tratamento nacional (TN); e uma última para os compromissos adicionais.

Assim, com vista a intensificar a liberalização do comércio e garantir os seus próprios interesses, os países membros da OMC articulam as suas políticas externas, a fim de se fortalecerem e de apresentar as suas propostas em mais uma rodada de negociações.

A nova rodada de negociações multilaterais, lançada na Reunião Ministerial de Doha, Catar, em novembro de 2001, deve-se encerrar até 1º de janeiro de 2005. Esta rodada incorporou as negociações sobre serviços iniciadas em 2000 e reafirmou as novas diretrizes e procedimentos negociadores aprovados em 2001 – os quais resguardam o direito dos países de regulamentar a prestação de certos serviços.

Com as negociações sobre a implementação dos acordos elaborados na Rodada Uruguai, a temática do desenvolvimento retorna fortalecida. Conforme a Declaração de Doha, foi estabelecido o prazo de 30 de junho de 2002 para a apresentação de pedidos iniciais para a liberalização de setores de serviços.

O Brasil já apresentou pedidos de ofertas à União Européia, Estados Unidos, China, Japão,

Canadá, México, Índia, Coreia, Austrália, Paraguai e Uruguai, em setores prioritários e nos quais o Brasil possui potencial exportador, tais como os setores de construção civil e audiovisual.

Com relação ao processo de liberalização, foram apresentadas diversas propostas, dentre as quais as propostas do MERCOSUL nas áreas de distribuição, informática, turismo e serviços postais, esta última em conjunto com a Bolívia. Separada-

mente, o Brasil apresentou propostas sobre serviços de audiovisual e de construção.

PERSPECTIVAS

Considerando os dados da balança de serviços brasileira, verifica-se que alguns segmentos estão mais fortemente dependentes de um crescimento econômico, ou seja, dificilmente podem vir a tornar-se superavitários no curto prazo, tais como Royalties, Aluguel de Equipamentos e Computação/Informação, pois estes segmentos requerem progresso técnico e para tanto precisam de políticas atuantes

de mais longo prazo para o desenvolvimento dessas competências. Entretanto, o Brasil, através de políticas mais agressivas, tem um excelente potencial para reverter este quadro deficitário nos itens Viagens (Turismo, Saúde, etc.), Serviços de Comunicações, principalmente Audiovisuais e Serviços Postais, bem como continuar a apresentar os resultados superavitários com Serviços Empresariais, Profissionais e Técnicos, principalmente Consultorias em Arquitetura e Engenharia e Instalação e Manutenção de Escritórios.

No tocante ao potencial de atração, o Brasil possui excelentes vantagens naturais e culturais para atrair o turista estrangeiro, e assim incentivar o setor privado a investir em capacitação e treinamento para prestar bons serviços ao turista. Particularmente, na região Nordeste brasileira, que historicamente não apresenta vantagens competitivas ao setor industrial, o turismo poderá ser um forte indutor para o desenvolvimento econômico. Entre-

tanto, para alcançar estes objetivos serão necessários investimentos em infra-estruturas aeroportuárias, rodoviárias, hoteleiras e principalmente em capacitação e treinamento das pessoas direta e indiretamente envolvidas com o turista.

No segmento de serviços de comunicações é importante observar o crescimento na comercialização de Programas de Televisão. O ramo audiovisual, graças em grande parte às novelas da Rede Globo, exportou US\$ 324 milhões entre 1999 e 2001 (CORONATO, 2002, p.42). A mesma emissora já vendeu programas para 67 países, para um público superior a 150 milhões de telespectadores, dos quais 81% concentrados em países da Europa e do Oriente Médio. O Canal Internacional da mesma emissora também vem apresentando resultados crescentes. Em 1999 este canal era acessível em apenas cinco países, elevando-se em 2001 para 16. Em termos de assinantes os números são respectivamente 40 e 180 mil telespectadores.² A publicidade brasileira figura entre as três melhores do mundo. Alguns tipos de *software* – bancários, voto eletrônico, declaração de imposto de renda – também são referência.

A Odebrecht é um bom exemplo do que pode ser feito para melhorar a pauta das exportações brasileiras de serviços. Desde 1979 a Odebrecht vem buscando espaços em outros países. Naquele ano ela construiu uma hidrelétrica no Peru, atuando depois disto em outros países da América do Sul; em 1984 instalou-se na África; em 1988 na Europa e, finalmente, em 1991 nos Estados Unidos. Hoje, ela já é a responsável pela ampliação do aeroporto de Miami (obra de US\$ 660 milhões) e pela construção do Centro de Artes também em Miami (obra de US\$ 255 milhões), além de outras obras em estados como Carolina do Norte e Califórnia. Sua sede em Miami conta com 350 funcionários, dos quais apenas 22 são brasileiros (PIMENTA, 2002, p. 84-85).

Essa Empresa atua em 14 países e tem 50% das receitas com construção civil oriundas do exterior. Segundo a publicação *Engineering News Record*, a Odebrecht é uma das cinco maiores construtoras mundiais de pontes, barragens, hidrelétri-

² Dados apresentados por Cristina Pessoa da TV Globo no Seminário "As Exportações de Serviços Brasileiros: Realidade e Perspectivas" realizado no BNDES em agosto/2002.

cas e infra-estrutura de água e esgoto. Percebe-se que, além de apresentar elevado crescimento nas exportações, a prestação de serviços de engenharia pode aumentar também as exportações de bens. É o que vem sendo feito pela Odebrecht: "no momento em que vai prestar o serviço, a empresa apresenta ao cliente um cadastro de fornecedores de material, de qualidade assegurada – entre os quais 2.000 companhias brasileiras, que não teriam condições de chegar sozinhas ao mercado externo" (CORONATO, 2002, p. 41).

Nesse contexto, espera-se que o Brasil possa assegurar seus interesses na rodada de Doha, em andamento, não somente em segmentos tradicionais como a Agricultura e no aprofundamento de regras sobre *antidumping*, mas também no segmento de Serviços.

CONCLUSÃO

Os governos dos países ricos foram mais ambiciosos em suas demandas, pedindo a dezenas de países maior acesso a vários tipos de mercados. Os negociadores brasileiros, finalmente, acabaram entrando no jogo com maior disposição. Em 1994, na Rodada do Uruguai, o Brasil só havia apresentado uma demanda (relativa a audiovisuais).

Em 2002, foram apresentadas a 20 países demandas de melhores condições de acesso a mercados de informática, de audiovisuais (especificamente no segmento de novelas, documentário e programas jornalísticos de televisão), de distribuição comercial, de turismo, de construção civil e de serviços jurídicos, de arquitetura e de engenharia. A partir de agora, o Brasil terá de barganhar duramente novas concessões, e deverá ser mais cuidadoso no tratamento de certas áreas, como a financeira.

Serão negociações difíceis, mas não se pode mais deixar de negociar os assuntos mais dinâmicos da economia contemporânea. "Ao contrário da exportação de mercadorias, a exportação de serviços é resultado de políticas internas" afirma a professora de Relações Internacionais da Fundação Getúlio Vargas, Lia Valls Pereira. "É preciso construir internamente uma base para daí começarmos a exportar" (BARBOSA, 2002).

É reduzida a margem para substituir ou reduzir as despesas com serviços. "Esse é o setor que o Brasil tem de mais importante para ceder nas negociações internacionais", afirma Marcus Jank, conselheiro do BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento).

O Brasil, assim como a maioria dos países, está aprendendo a negociar serviços. Apesar de algumas exceções – a EMBRAER e seus aviões é uma delas-, esse país é um exportador de produtos primários. O vendedor de commodities é um comprador de serviços – de transporte, de seguro, de financiamento. Assim, o Brasil precisa preparar-se para negociar melhor as suas capacidades, sejam elas agrícolas, industriais e de serviços.

No que diz respeito às regras sobre serviços, o Brasil, assim como os demais países em desenvolvimento, demonstra interesse na elaboração de disciplinas de salvaguardas e nas voltadas a coibir o emprego de subsídios distorcivos ao comércio. A lista das competências nacionais crescerá à medida que o país considere também como exportáveis áreas como saúde, educação e meio ambiente.

As expectativas para o futuro são positivas. Para tanto, faz-se necessário que os setores públicos e privados discutam formas de exportar mais, de como enfrentar a importação de serviços e de como produzir dados estatísticos mais confiáveis. Muito precisa ser feito, mas o Brasil precisa dedicar especial atenção aos Serviços como forma de buscar o crescimento econômico e, inclusive, para reverter (ou reduzir) esta situação deficitária que prevalece na comercialização internacional neste segmento.

O lançamento PEE – Serviços representa um avanço do país nesse sentido. A concepção básica difundida por este programa, de que as exportações não dependem exclusivamente de um único apoio, além de favorecer a solução de diferentes problemas, gera um forte efeito multiplicador nas exportações de serviços. A sua implantação favorece o atendimento de importantes demandas dos setores produtivos, bem como possibilita elaborar estratégias de maior vigor para o incentivo à exportação de serviços.

Através desse programa será possível traçar um diagnóstico sobre as dificuldades existentes

para que o setor de serviços brasileiros possa disputar de modo competitivo o mercado internacional. Identificando os principais entraves e soluções para o crescimento das exportações de serviços brasileiros, espera-se que seja despertado no Governo a consciência de que a exportação de serviço é importante para ampliar o comércio exterior.

REFERÊNCIAS

BANCO CENTRAL. Séries Temporais – Balança de Serviços (1980-2002). Disponível em: <<http://www.bcb.org.br>>. Acesso em: 18 ago. 2002.

BARBOSA, Mariana. Setor de serviços receberá estímulo para exportar. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 16 jun. 2002. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/agestado/noticias/2002>>. Acesso em: 30 jul. 2002.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. *Comércio de serviços: informações gerais, exportação e como notificar barreiras*. Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br/comex/deint/barreiras/cartilhaservicos.PDF>>. Acesso em: 12 nov. 2002a.

_____. *Desenvolvimento e comércio de serviços*. Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br/programacoes/govrn/>>. Acesso em: 12 nov. 2002b.

_____. *Programa Especial de Exportação – PEE. – Serviços*. Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br>>. Acesso em: 25 set. 2003

CARTA DE GENEVRA. *Informativo sobre a OMC e a rodada de Doha*. Elaborado pela missão do Brasil em Genebra. v. 1, n. 1, fev. 2002.

COMÉRCIO de Serviços. *Gazeta Mercantil*, São Paulo, 23 maio 1996. p. B-20

CORONATO, Marcos. Exportação. Hora de mostrar serviço. *Exame*, São Paulo, Edição 776, v. 36, n. 20, 2, p. 40-42, out. 2002.

HORTA, Maria Helena; SOUZA, Carlos Frederico de; WADDINGTON, Sérgio da Cruz. *Desempenho do setor de serviços brasileiro no mercado internacional*. Rio de Janeiro: IPEA, 1998. Disponível em <<http://www.ipea.gov.br>>. Acesso em: 29 jul. 2002.

MELO, Hildete Pereira de et al. *É possível uma política para o setor serviços?* Rio de Janeiro: IPEA, 1997. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br>>. Acesso em: 29 jul. 2002.

OLIVEIRA JÚNIOR, Márcio de Oliveira. *Uma análise da liberalização do comércio internacional de serviços no Mercosul*. Rio de Janeiro: IPEA, 2000. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br>>. Acesso em: 29 jul. 2002.

O PAÍS descobre a negociação de serviços. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 15 jul 2002. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/editoriais/2002>>. Acesso em: 30 jul. 2002.

PIMENTA, Angela. Expansão. A Construção da América. *Exame*, São Paulo, Edição 775, v. 36, n. 19, p.84-86, 18 set. 2002.

RITTNER, Daniel. Brasil tenta abrir setor de serviços. *Gazeta Mercantil*, São Paulo, out. 2002.

THORSTENSEN, Vera. *OMC – Organização Mundial do Comércio – As regras do comércio internacional e a nova rodada de negociações multilaterais*. 2. ed. São Paulo, 2001.

U.S. Commerce Department, International Trade Administration, Office of Service Industries. *Top Ten Services Exports, 2000*. July 2002. Disponível em: <<http://www.ita.doc.gov/>>. Acesso em: set. 2002.

VERÍSSIMO, Renata. Novo programa tenta ampliar exportações. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 14 jun. 2002. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/agestado/noticias/2002>>. Acesso em: 30 jul. 2002.

WTO – WORLD TRADE ORGANIZATION. *Annual Report 2001*. Disponível em: <<http://www.wto.org/>>. Acesso em: 19 ago. 2002.